

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Para Bolsonaro, chance de Janaína ser vice é de 50%	2
Título: Governo espera vender distribuidora do Piauí	4
Título: Expectativa de venda faz ação da Light subir.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Requião desiste de Presidência e tentará se reeleger no Senado	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: MP cria fundo para ferrovias do Pará	7
Título: Petrobrás vai gerar energia eólica no mar.....	8
Título: Carro elétrico cria corrida por cobalto, que vira alvo de investimentos no País.....	10
VEÍCULO: Correio Braziliense	11
Título: Gasolina mantém queda.....	11
Título: Whirlpool recorre ao Cade contra venda da Braskem	12
VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Conselho da Eletrobras apoia prazo maior para operação de distribuidoras.....	13
Título: Cármen Lúcia nega liminar e mantém privatização.....	14
Título: PL das agências reguladoras precisa melhorar muito.....	15
Título: Destaques.....	18
Título: Lucro da Neoenergia triplica no 2º tri	19
Título: Vale deve ter bom resultado com vendas e 'prêmios'	20
Título: Justiça do Trabalho em MG manda afastar conselheiro da Usiminas	22
Título: Sigma intensifica pesquisa em reservas de lítio	23
Título: Lucro da Balbo avança com orgânicos e etanol.....	25

Título: Destaques.....26

VEÍCULO: O Globo**Seção: O País****Autor: Marco Grillo****Título: Para Bolsonaro, chance de Janaína ser vice é de 50%**

Advogada alega questões familiares; PSL já estuda outros nomes

Depois de um discurso com críticas a parte dos "seguidores" do deputado federal Jair Bolsonaro (PSL-RJ), durante a convenção do partido, domingo, a expectativa de que a advogada Janaína Paschoal aceite o posto de vice na chapa presidencial retrocedeu. Na última sexta-feira, o presidenciável demonstrava confiança de que ela assumiria a missão, mas ontem, no entanto, ele disse que vê em "50%" a chance de tê-la como companheira na disputa. Enquanto aguarda a resposta de Janaína, o PSL já estuda outros nomes que estejam dispostos a entrar na campanha.

Na tarde de ontem, Bolsonaro falou por duas horas no Clube de Aeronáutica, no Rio. Além de militares da ativa e da reserva, também estava presente o deputado Arolde de Oliveira (PSD-RJ), cujo partido deverá apoiar o tucano Geraldo Alckmin. No discurso, o presidenciável reafirmou o interesse na parceria com Janaína e disse que ela tem alegado questões familiares para ainda não ter dado a resposta definitiva. — Na pior das hipóteses, ela (Janaína) segue como candidata a deputada estadual (em São Paulo). Estamos conversando, mas também abrimos espaço para que outras pessoas (candidatos a vice) conversassem conosco — disse Bolsonaro.

Dois novos cotados são Luciano Bivar, presidente licenciado do PSL, e o deputado federal Marcelo Álvaro Antônio (PSLMG). Bolsonaro citou ainda a possibilidade de um militar da ativa integrar a chapa, mas não deu nomes. Depois da palestra, conversando com jornalistas, o deputado foi perguntado se estava com a sensação de que ela não aceitaria o convite. O presidenciável evitou dar uma resposta definitiva, mas expôs os pontos que a advogada está analisando antes de responder: — Ela (Janaína) tem questões familiares, dois filhos que parece que não podem sair de São Paulo neste momento. Hoje, (a chance de aceitar) é de 50%. Bolsonaro minimizou o cenário caso a advogada não tope integrar a chapa e lembrou que o senador Magno Malta (PRES) e o general da reserva Augusto Heleno Pereira (PRP) — que foram convidados, mas

não se juntaram a Bolsonaro por entraves partidários — vão apoiá-lo mesmo sem estarem formalmente na aliança. — Eu sou um felizardo.

Vamos supor que a Janaína não queira (ser vice): eu vou ter quatro vices — afirmou, em referência a Magno Malta, general Heleno, Janaína e a outro nome que venha a aceitar o posto. No domingo, após a convenção do PSL, o presidente nacional do partido, Gustavo Bebianno, havia demonstrado confiança e citado o patamar de 95% para as chances de uma chapa com Bolsonaro e Janaína. Mesmo após a advogada ter criticado o que chamou de "pensamento único" de parte do grupo político de Bolsonaro: — Não se ganha a eleição com pensamento único.

Não se governa uma nação com pensamento único. Muitas vezes, os seguidores do deputado Jair Bolsonaro têm uma ânsia de ouvirem um discurso uniformizado. Pessoas só são aceitas quando pensam exatamente igual nas mesmas coisas. Reflitam se nós não estamos correndo risco de fazer um PT ao contrário. Minha fidelidade não é ao deputado Jair Bolsonaro, a quem externo todo meu respeito, a minha fidelidade é ao meu país. Bolsonaro, que no fim de semana havia criticado a aliança de Alckmin com os partidos que fazem parte do centrão, ontem mirou o MDB. Ironizou **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco** — "ninguém desconfia de sua honestidade" — e culpou o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles, pré-candidato pelo partido do presidente Michel Temer, pelos problemas econômicos do país. — O (Henrique) Meirelles é um dos responsáveis pela desgraça do Brasil. E a imprensa quer que eu entenda de economia.

Graças a Deus, não entendo, porque os entendidos afundaram o Brasil — disse o deputado. Mais tarde, Meirelles rebateu a informação e disse que o parlamentar "não sabe fazer conta". Bolsonaro também alfinetou a procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Ele foi denunciado ao Supremo Tribunal Federal (STF) por racismo e manifestação discriminatória contra quilombolas, indígenas, refugiados, mulheres e LGBTs. Em discurso no ano passado, ele afirmou que, se for eleito presidente, "não vai ter dinheiro pra ONG, esses inúteis vão ter que trabalhar. Não vai ter um centímetro demarcado pra reserva indígena ou para quilombola." — A senhora Raquel Dodge me ama, com certeza.

Está me processando na questão do um centímetro (de demarcação) — disse Bolsonaro, que reforçou a declaração anterior. — Comigo não terá mais um milímetro de terra (demarcada) para índio. Eles não querem mais continuar numa terra demarcada como se fossem animais num zoológico.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Geralda Doca****Título: Governo espera vender distribuidora do Piauí**

Ao menos um grupo apresentou proposta pela Cepisa para leilão na quinta-feira

BRASÍLIA - O governo espera leiloar a Cepisa, distribuidora da Eletrobras no Piauí, em certame marcado para quinta-feira na B3. O prazo para a entrega das propostas terminou ontem. Segundo fontes envolvidas com a operação, quatro grupos do setor entre nacionais e estrangeiros tinham demonstrado interesse no ativo. São as brasileiras Equatorial Energia, Energisa, Neoenergia (controlada pela espanhola Iberdrola) e a italiana Enel. De acordo com a Reuters, ao menos um grupo apresentou proposta. A Cepisa é considerada o melhor ativo dentre as cinco distribuidoras da Eletrobras previstas para serem vendidas. O objetivo do governo não é arrecadar, mas “limpar” o balanço da Eletrobras porque essas empresas dão prejuízo. Por isso, as empresas terão valor simbólico de R\$ 50 mil cada.

O processo de venda está sendo conduzido pelo BNDES. A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, negou pedido liminar feito pela Associação dos Empregados da Eletrobras, que queria impedir o leilão de distribuidoras no Norte e Nordeste. Assim, está mantida decisão do presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), André Fontes, que, na terça-feira, liberou a realização do leilão.

MENOR TARIFA

Quem arrematar a Cepisa terá de equacionar a dívida. De acordo com o edital, o vencedor deverá oferecer a menor tarifa para assumir a dívida da distribuidora, explicou uma fonte. O leilão de outras quatro empresas depende da aprovação do Senado de um projeto que cria condições para a venda, melhorando o grau de atratividade das empresas, localizadas em Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima. A data prevista para o certame é 30 de agosto.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ana Paula Ribeiro E Ramona Ordoñez****Título: Expectativa de venda faz ação da Light subir**

Papéis chegaram a avançar mais de 9%. Mercado prevê disputa de preço

SÃO PAULO E RIO - As ações da Light chegaram a subir mais de 9% ontem e fecharam em alta de 3,07% (R\$ 13,40) com a notícia divulgada no último domingo pelo colunista do GLOBO Lauro Jardim de que a GP Investments estaria interessada na empresa. Não é o primeiro dia em que os papéis da distribuidora reagem ao interesse de potenciais compradores. No último dia 19, as ações tiveram a maior alta em um ano com o interesse da italiana Enel. Na visão de analistas, isso abre espaço para uma disputa de preços pela empresa, nos moldes do que ocorreu com a Eletropaulo, que foi comprada pela própria Enel em junho, após disputa com a Neoenergia, controlada pelos espanhóis da Iberdrola. — A Enel já tinha dito que a Light era um ativo de interesse e, na sequência, aparece a GP, então os investidores veem que pode ocorrer uma disputa — avaliou Igor Canan Kfoury, analista da Eleven Financial.

POTENCIAL DE EXPANSÃO

A Light atua em região com potencial de crescimento da distribuição e com uma carteira grande de consumidores. As diferenças estão nos níveis de inadimplência e roubos de energia (gatos), elevados na distribuidora fluminense. — A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) vem reconhecendo as dificuldades sociais em algumas regiões e não penalizando tanto as empresas — explicou.

RISCO ELEITORAL

Esse interesse nos ativos da Light é baseado na expectativa de que a Cemig possa vender a sua fatia de 26% na empresa. Alguns especialistas, no entanto, acreditam que será difícil a Cemig concretizar a venda da Light antes das eleições. — É um ativo atraente, mas que necessita de novos investimentos, por isso, precisa ser uma empresa com recursos e condições de investir na distribuidora. O que pode complicar para que a operação seja feita ainda este ano é o cenário político eleitoral, já que a empresa atua em um setor fortemente regulado pelo governo — comentou o advogado especialista em energia Rodrigo Leite, do Leite Roston Advogados.

O advogado lembrou que a Cemig, contudo, já deixou claro que espera se desfazer da Light antes de novembro, quando vence a opção de venda entre os sócios (Banco do Brasil, Santander e Votorantim) da distribuidora fluminense. Por esse contrato a Cemig terá de comprar a participação desses três bancos na Light. A GP informou que não comenta rumores do mercado. A Light tem ações negociadas em Bolsa, mas seus papéis não fazem parte do Ibovespa, que fechou ontem em queda de 0,73%, aos 77.996 pontos, com o desempenho negativo dos bancos. Já o dólar comercial seguiu o desempenho da moeda no exterior e fechou em alta de 0,26% ante o real, cotado a R\$ 3,784.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Poder**Autor:** Ana Luiza Albuquerque**Título:** Requião desiste de Presidência e tentará se reeleger no Senado

Curitiba- No vaivém de decisões sobre a libertação do ex-presidente Lula (PT), um senador opinava numa rede social: "Cabe a Sérgio Moro, em férias, tomar bom vinho e comer bacalhau". Naquele 8/7, Roberto Requião (MDB-PR) dedicou mais de dez comentários, que poderiam ser confundidos com falas de petistas, ao assunto. "A discordância com o habeas do juiz Favreto deveria seguir processo legal e não ser objeto de guerrilha judicial".

Requião, que começou sua carreira em 1983, faz oposição à administração emedebista e destoa de caciques da legenda, como Romero Jucá, Eliseu Padilha e **Moreira Franco**.

Além de promover incisivas críticas ao presidente Michel Temer (MDB), a quem chama de entreguista, o senador votou contra a reforma trabalhista e contra a PEC do teto de gastos.

Há um ano, quando o governo Temer enfrentava seu momento de maior fragilidade, ameaçado por denúncia da Procuradoria-Geral da República, o MDB fechou questão contra a admissibilidade da denúncia na Câmara dos Deputados. Para Requião, aquilo era "uma loucura". "Querem impor uma posição ao deputado, tirar dele o arbítrio, a capacidade de estudar o processo", afirmou à época. "Isso é uma verdadeira estupidez. Espero que o que resta de digno no nosso partido se levante neste momento."

O comportamento rendeu ao senador dois pedidos de expulsão do partido, ambos ainda sem prazo para deliberação.

Em maio, Requião disse que apresentaria sua candidatura à Presidência na convenção do partido, em agosto, fazendo frente ao ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles e ao conteúdo pro-gramático do governo Temer.

À Folha, o senador afirma que é muito difícil continuar na disputa porque, segundo ele, o diretório nacional não disponibilizou recursos do fundo eleitoral para a candidatura presidencial, numa tentativa de favorecer Meirelles.

"Cá entre nós, o Meirelles não pode ser candidato. Ele vai puxar para baixo o partido porque ele é o governo do Michel Temer."

Requião diz ter colocado sua candidatura, antes de tudo, para marcar posição e dar uma oportunidade ao MDB. "Fiz uma pesquisa com os delegados, estava indo muito bem, mas, de repente, pararam de responder. Tem aí as emendas, os favores, os empregos, não é uma coisa fácil", afirma.

Então por que continuar no partido? "Não confunda o partido com o governo", reage. "Tenho uma posição bem semelhante à da base do MDB, de orientação econômica keynesiana, de recuperação do desenvolvimento com parceria entre trabalho e capital produtivo, contra as ambições ilimitadas do capital financeiro."

O senador diz que a convenção nacional decidirá se ele será candidato à reeleição no Senado ou ao governo do Paraná, mas que está interessado, sobretudo, numa mudança na política do estado do qual foi governador em três mandados.

Neste sábado (21), na convenção estadual do MDB, Requião anunciou que, a princípio, disputará o Senado. Ele negocia uma aliança com o pré-candidato ao governo Osmar Dias (PDT).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luci Ribeiro / BRASÍLIA

Título: MP cria fundo para ferrovias do Pará

Parlamentares paraenses pressionaram Temer por recursos; fundo terá como fonte outorga de R\$ 1,9 bilhão de trecho da Norte-Sul

Depois de muita pressão dos parlamentares do Pará, o presidente Michel Temer editou medida provisória para criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário (FNDF) para destinar recursos para as ferrovias paraenses. Esse fundo terá como fonte o bônus de outorga da Ferrovia Norte-Sul no trecho entre Porto Nacional (TO) e Estrela d'Oeste (SP). O lance mínimo será de R\$ 1,097 bilhão. O Estado do Pará terá prioridade nos investimentos do novo fundo para garantir a ligação da Ferrovia Norte-Sul ao Complexo Portuário de Vila do Conde, em Barcarena (PA).

Essa foi a forma que o presidente Temer encontrou para evitar que o governador do Pará, Simão Janete, prosseguisse na ameaça de entrar na Justiça contra a decisão do governo federal, anunciada no início do mês, de renovar a concessão da Estrada de Ferro Carajás, que passa pelos Estados do Maranhão e do Pará, ligando o Porto de Itaqui, em São Luís (MA), e Marabá e Parauapebas (PA). Em troca, a Vale ficou responsável por construir trecho da Ferrovia de

Integração do Centro-Oeste, entre Goiás e Mato Grosso. Os investimentos estimados são de R\$ 4 bilhões. O governador do Pará considerou ilegal transferir os aportes para o Centro-Oeste, sendo que o trecho renovado é de um ferrovia que passa pelo Pará.

Temer decidiu criar esse fundo para investir nas ferrovias do Pará depois de receber o candidato ao governo do Pará e ex-ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho (MDB), o senador Jader Barbalho (MDB) e integrantes das federações da agricultura, da indústria e do comércio do Pará.

Fonte. A fonte de dinheiro do fundo vai ser a outorga de dois trechos da Ferrovia Norte-Sul que serão licitados em conjunto, para uma só empresa. Um deles é o Tramo Central, entre Porto Nacional (TO) e Anápolis (GO), com 100% da infraestrutura construída. O outro fica entre Ouro Verde de Goiás (GO) e Estrela D'Oeste (SP), com mais de 90% da construção concluída. Juntos, somam 1.537 quilômetros de extensão.

A construção da Norte-Sul começou em 1987. O traçado inicial tinha extensão de 1,5 mil quilômetros entre Açailândia (MA) e Anápolis (GO), mas o projeto foi ampliado, prevendo a construção de trechos ao norte e ao sul do País. O trecho de 720 km da Norte-Sul entre Açailândia e Palmas (TO) já é operado pela Vale.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Petrobrás vai gerar energia eólica no mar

Estatal espera licenciamento do Ibama para iniciar instalação de gerador este ano, no Rio Grande do Norte; empresa busca parcerias no exterior

Inédita no Brasil, a geração de energia eólica no mar começa a dar seus primeiros passos no País pelas mãos da Petrobrás. O negócio promete ser tão bem-sucedido quanto a geração eólica em terra, disse o diretor de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão da estatal, Nelson Silva. A licitação para a instalação de uma planta-piloto da empresa no Rio Grande do Norte será feita ainda este ano, revelou o executivo, que aguarda o licenciamento do projeto no Ibama para iniciar o processo.

A ideia é instalar torres de geração eólica, ou aerogeradores no jargão do setor, ao lado de plataformas em campos rasos do Nordeste, região brasileira com maior potencial para gerar energia a partir do vento. “A vantagem no offshore (no mar) é que se espera um fator de capacidade maior do que em terra”, explicou Silva. A previsão é que a planta-piloto comece a funcionar em 2022. O

fator de capacidade do Brasil, índice que mede o grau de aproveitamento dos aerogeradores para produzir energia eólica, é um dos maiores do mundo.

Em janeiro, complexo eólico no Ceará, de propriedade da Echoenergia teve média do fator de capacidade superior a 60% ante 25% da média mundial. A vantagem da geração no mar, dizem especialistas, é que os aerogeradores, ou turbinas eólicas, podem ter capacidade maior do que os instalados em terra. O Brasil começou a gerar energia eólica em 2005 – pouco menos do que 30 megawatts (MW). Em 2009, quando ocorreu o primeiro leilão do governo incluindo a oferta de empreendimentos eólicos, o Brasil gerava 600MW. Hoje, essa geração ultrapassa os 13 mil MW e, somente com os leilões já realizados, deve atingir 17,8 mil MW em 2023.

Atualmente, a geração eólica abastece 10% da população brasileira, ou 22 milhões de pessoas, segundo dados da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica). “A média da capacidade dos aerogeradores do Brasil em terra gira em torno de 2 megawatts, mas no mar já tem máquina operando com 8 megawatts”, informa o presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (Cerne), Jean-Paul Prates, um dos primeiros defensores da inclusão da energia eólica como fonte de geração de energia no Brasil. Esta semana, ele promove no Rio Grande do Norte o 10.º Fórum Nacional Eólico, onde o tema será discutido, precedendo a maior feira do setor, a Brazil Windpower, que terá pela primeira vez um painel dedicado apenas à geração eólica offshore, com participação da Petrobrás.

Segundo o Ibama, a Petrobrás entrou com o pedido de licença ambiental para a planta piloto de geração eólica offshore em maio e o órgão já emitiu o Termo de Referência para que a empresa elabore o Relatório Ambiental Simplificado (RAS) para obter autorização. Pelo fato de já ter um equipamento no campo (plataforma), o Ibama já possui estudo ambiental do local, informou o órgão. Se o projeto se mostrar economicamente viável, a expectativa do diretor da Petrobrás é de que seja a primeira de uma série de unidades que irão comercializar energia elétrica no mercado brasileiro a partir da geração eólica no mar.

Para acelerar os investimentos, a estatal busca a parceria de empresas com experiência no segmento, como a francesa Total e a norueguesa Equinor (ex-Statoil). “Vamos utilizar a experiência dessas empresas e os próprios dados que temos das medições das plataformas no Nordeste e da geologia do local, da medição de ventos e das marés”, explicou Silva. Segundo ele, a Petrobrás já está mais forte financeiramente e pode começar a olhar projetos de mais longo prazo e a investir em energia renovável.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Renata Batista / RIO****Título: Carro elétrico cria corrida por cobalto, que vira alvo de investimentos no País**

Bateria. Matéria-prima para a produção da bateria usada nos novos carros, metal vira peça central em projetos de empresas e governos; no Brasil, Vale desistiu de vender ativos na área e britânica Horizonte Minerals está ampliando investimentos no "ouro azul"

A perspectiva de crescimento das vendas de veículos elétricos disparou uma corrida no segmento de mineração pelo cobalto, matéria-prima fundamental para a produção das baterias dos novos carros. No Brasil, o metal virou peça central em projetos de empresas e também de governos. Segundo apurou o "Estadão/ Broadcast", a mineradora Vale abandonou os planos de vender ativos no segmento e agora estuda ampliar a produção de cobalto.

O cenário promissor também levou os governos do Brasil e da Alemanha a planejar o desenvolvimento, por aqui, de tecnologias de beneficiamento do minério em áreas de produção de níquel, nas quais o cobalto era, até pouco tempo, rejeito. A mineradora britânica Horizonte Minerals é outra que estuda o potencial do metal no plano de desenvolvimento de duas minas de níquel no Brasil.

Em relatório, o banco UBS já fala em um crescimento da demanda pelo insumo de 2.000% nos próximos anos. O grande entrave está no fato de mais de 50% das reservas de cobalto do mundo estarem na República Democrática do Congo, país politicamente instável e com problemas de exploração infantil, segurança e disputas tribais. A expectativa de consultorias internacionais é que esse percentual suba a 70% até 2021.

Atenta às oportunidades do segmento, a Vale captou US\$ 690 milhões com uma venda antecipada do insumo. O negócio permitiu que a mineradora destravasse investimentos de US\$ 1,7 bilhão para a ampliação da mina de níquel de Voisey's Bay, no Canadá. Foi a primeira iniciativa para rentabilizar a reserva do mineral da companhia que, segundo fontes, equivale a 10% das reservas totais de cobalto fora do Congo.

Operações como a da Vale se tornam mais atrativas porque a cotação do cobalto saiu de US\$ 5 mil por tonelada, em 2012, para US\$ 75 mil neste ano. E a expectativa ainda é de alta. Hoje, uma pessoa que tem um tablet, um laptop, celular e uma furadeira, por exemplo, consome menos de 200 gramas do metal

por ano. Se essa mesma pessoa compra um carro elétrico, o consumo sobe para ao menos 10 kg.

Parceria. Com a meta de tirar de circulação os veículos a combustão em 2030, a Alemanha conversa com o governo do Brasil para desenvolver tecnologias de beneficiamento do minério em áreas de produção de níquel. "O Brasil tem vários depósitos de níquel e suspeitamos que o rejeito tenha um teor importante de cobalto", diz o diretor de recursos minerais da Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais (CPRM), Marcelo Esteves.

Ele diz estar conversando com empresas que têm produção de níquel para abrir espaço para as pesquisas com o governo alemão. "Eles têm menos de 12 anos para garantir o fornecimento e, em média, o desenvolvimento de um projeto de beneficiamento mineral leva cerca de sete anos", completa.

A ideia também está nos planos para o Brasil da Horizonte Minerals, que pretende incluir plano de desenvolvimento das minas de níquel Araguaia e Vermelho, compradas da Vale no início do ano. Segundo a gerente geral de sustentabilidade e relações institucionais da empresa, Katie Millar, os estudos de Vermelho realizados pela Vale há 12 anos serão revisados para considerar também o cobalto. "O mercado ainda não precificou corretamente a qualidade do ativo que compramos. Vamos publicar os estudos preliminares esse ano. A expectativa é estar produzindo em 2021", diz.

Busca. Marcelo Ribeiro Tunes, diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), conta que a corrida por cobalto está mobilizando produtores de níquel e cobre, metais mais associados ao novo "ouro azul". O Chile, por exemplo, está modificando plantas de cobre para produzir também cobalto.

"O Brasil tem entraves para desenvolver minas de níquel (de onde sairá o cobalto). Um deles é o custo da energia. Mas, a partir de US\$ 18 mil por tonelada de níquel, a produção começa a fazer sentido." Hoje, a cotação está próxima de US\$ 15 mil.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Gabriel Ponte

Título: Gasolina mantém queda

A Petrobras anunciou nova redução no preço do litro da gasolina comercializada nas refinarias. A partir de hoje, o valor de venda do combustível será de R\$ 1,9426, representando redução de, aproximadamente, 0,9% em relação ao

preço da semana passada, que ficou estabilizado em R\$ 1,9611. É a menor cotação desde 29 de junho, quando o preço era de R\$ 1,9262.

Para os motoristas do Distrito Federal, entretanto, o repasse ainda não é uniforme. É possível encontrar o combustível por R\$ 4,14 em Taguatinga, o menor valor desde o fim da greve dos caminhoneiros. No entanto, o valor pode chegar a R\$ 4,79. No Plano Piloto, o preço mais baixo registrado pelo Correio foi de R\$ 4,39 em dois estabelecimentos do Setor de Indústrias Gráficas (SIG), representando redução de R\$ 0,12 na comparação com a semana anterior. No geral, a média de preço dos 31 postos visitados caiu em relação ao último levantamento: R\$ 4,52, ante R\$ 4,56 da semana passada.

As variações no preço do combustível afetam, principalmente, motoristas que percorrem grandes distâncias diariamente, como a servidora pública Michelle Moura, 35 anos. “Pesa muito no orçamento. Eu moro no Sudoeste, mas trabalho em Planaltina de Goiás. São 132 km percorridos por dia”, calcula.

“Agora, estou em licença-maternidade, ou seja, está mais tranquilo diante do sobe e desce da gasolina. Mas, quando voltar a trabalhar, vou gastar mais”, observa. A servidora adquiriu um utilitário, que consome 9 km/l, por precisar de um veículo espaçoso e seguro para transportar o filho recém-nascido.

** Estagiários sob supervisão de Odail Figueiredo*

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Whirpool recorre ao Cade contra venda da Braskem

Mercado S/A

Sem alarde, a Whirpool enviou uma correspondência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre a possível venda do controle da Braskem para a LyondellBasell. No ofício, endereçado ao presidente do órgão, Alexandre Barreto de Souza, o vice-presidente da multinacional, Armando Ennes do Valle, apresenta a empresa como “genuína representante da indústria nacional” e pede “urgente atenção” sobre o início das negociações entre a Odebrecht, controladora da petroquímica, e a companhia holandesa. A dona das marcas Brastemp e Consul alerta que a Braskem é a única produtora nacional de resina de polipropileno, insumo usado na produção de refrigeradores, freezers e lavadoras. Além disso, diz a Whirpool, a venda da Braskem pode levar a uma concentração de mercado, agravando a situação

para a linha branca. No ofício, a empresa declara que “vê com preocupação a operação, que pode ter efeitos extremamente negativos.” A próxima sessão de julgamento do Cade acontecerá em 8 de agosto.

Na internet, ninguém rivaliza com Estados Unidos e China

Estados Unidos e China lideram a corrida tecnológica global e deixaram para trás países com forte tradição em inovação, como Japão e Coreia do Sul. Entre as 20 maiores empresas de internet do mundo, 12 são americanas e oito chinesas, segundo a Visual Capitalist. A lista é liderada pela Apple, com valor de mercado próximo a US\$ 1 trilhão, seguida por Amazon e Alphabet. O chinês Alibaba aparece na sexta posição do ranking, avaliado em US\$ 484 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito, Cláudia Schüffner e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Conselho da Eletrobras apoia prazo maior para operação de distribuidoras

O conselho de administração da Eletrobras deverá apoiar a prorrogação do prazo de operação das distribuidoras da companhia, de 31 de julho para 31 de dezembro, prevista para ser apreciada em assembleia de acionistas na próxima semana, em Brasília. A prorrogação é fundamental para permitir que a privatização dessas empresas ocorra ao longo deste semestre.

Conforme antecipado ontem pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, o apoio do colegiado se deu após a publicação na semana passada de portaria do **Ministério de Minas e Energia** garantindo a "neutralidade econômica" da operação das distribuidoras para a Eletrobras, dando segurança jurídica para que os acionistas da holding aprovem a extensão do prazo de "designação das concessionárias".

Na prática, a portaria garantiu que as perdas que a Eletrobras venha a sofrer com a prorrogação do processo de privatização das distribuidoras até o fim de 2018 serão cobertas pela União.

Esse ponto era fundamental, na avaliação do conselho da elétrica. Caso não houvesse essa garantia pelo governo, o conselho tenderia a optar e defender a liquidação dessas distribuidoras no fim deste mês, embora a decisão final sobre o tema será da assembleia de acionistas.

"A portaria explicita o tema da neutralidade. É uma medida para viabilizar a transferência [do controle das distribuidoras]", disse ao **Valor** uma fonte.

A primeira distribuidora prevista para ser privatizada é a Cepisa, do Piauí, cujo leilão está marcado para a próxima quinta-feira, 26 de julho. As outras cinco empresas - Amazonas Energia, Ceal (AL), Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR) e Eletroacre - devem ser leiloadas em 30 de agosto, de acordo com os planos do governo.

Com relação ao leilão da Cepisa, ontem foi a data para a apresentação de garantias e a entrega das propostas econômicas para o negócio. O BNDES, responsável pelo processo, não informou o total de propostas entregues, nem os nomes dos proponentes.

Segundo uma fonte, porém, o número de propostas "foi melhor que o esperado" e tudo indica que haverá competição pela Cepisa. Um interlocutor do governo também afirmou que o resultado do processo ontem "foi bom". Ele, no entanto, não disse o total de proponentes que apresentaram proposta para o negócio alegando que a informação pode afetar a competitividade do certame.

O **Valor** também apurou que a espanhola Iberdrola orientou sua controlada Neoenergia a apresentar proposta pela Cepisa. Além dela, a italiana Enel e as brasileiras Equatorial e Energisa estavam analisando o negócio. Procuradas, as empresas não comentaram o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Luísa Martins | De Brasília

Título: Carmen Lúcia nega liminar e mantém privatização

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Carmen Lúcia, negou pedido de liminar feito pela Associação dos Empregados da Eletrobras (AEEL) e manteve válidas as privatizações de distribuidoras da estatal no Norte e no Nordeste, prevista para as próximas semanas.

A entidade argumentou, no Supremo, que a decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) que autorizou o processo licitatório desrespeitava liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski, segundo o qual a alienação do controle acionário de empresas públicas só pode ocorrer com aval do Legislativo.

O leilão das distribuidoras que atuam no Acre, em Alagoas, no Amazonas, no Piauí, em Rondônia e em Roraima foi, em primeiro lugar, suspenso por decisão

da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro, mas a decisão foi revertida em segunda instância - o que motivou a associação a acionar o STF.

A Advocacia-Geral da União (AGU) se manifestou favoravelmente à privatização, argumentando que uma série de decisões legislativas já havia autorizado os leilões das distribuidoras.

Em despacho assinado na sexta-feira e tornado público ontem, Cármen Lúcia acolheu o argumento e afirmou que o TRF-2 não afrontou a liminar de Lewandowski.

"Ao contrário, ao examinar os diplomas legislativos correspondentes, assenta a existência de autorização legislativa para a alienação do controle acionário das distribuidoras elencadas no edital de leilão", disse a ministra.

Ela ainda afirmou que a reclamação impetrada pela associação não era a via recursal própria para questionar a decisão do TRF-2. Ao decidir pela legitimidade da licitação, o presidente do tribunal de segunda instância, desembargador André Fontes, citou que uma lei de 2013 permite a desestatização de empresas do setor elétrico, incluindo distribuidoras de energia.

O relator original da reclamação no Supremo é o ministro Luís Roberto Barroso, mas, como o Judiciário está em recesso durante o mês de julho, Cármen trabalha em regime de plantão, sendo a responsável pelas decisões mais urgentes que chegam à Corte.

O leilão da Companhia Energética do Piauí (Cepisa), distribuidora da Eletrobras no Piauí, está marcado para esta quinta-feira. No dia 30 de agosto, devem ser vendidas a Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), a Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), a Boa Vista Energia de Roraima e a Amazonas Distribuidora de Energia.

A Companhia Energética de Alagoas (Ceal) é a única que permanece suspensa, por decisão do ministro Lewandowski.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Leonardo Ribeiro

Título: PL das agências reguladoras precisa melhorar muito

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6621, de 2016, que "dispõe sobre a gestão, a organização, o

processo decisório e o controle social das agências reguladoras", aprovou em 11 de julho texto final que será enviado para aprovação no Senado, caso não surja nenhum recurso em até cinco sessões de plenário. Inspirado na Lei das Estatais (13.303/2016), o PL pretendia blindar os reguladores de pressões políticas, conferindo-lhes maior autonomia, inclusive orçamentária.

Em contradição, no entanto, ele ganhou no final dos debates um dispositivo que permite a volta de indicações políticas às diretorias e conselhos de administração de empresas públicas.

Na verdade, o projeto original já podia ser considerado muito tímido para essas entidades que, hoje, sofrem com contingenciamentos e outras ingerências do Executivo. O artigo 3º, por exemplo, na tentativa de reforçar a autonomia das agências, parece estabelecer, em seu §2º, apenas uma "autonomia de pedir". A questão demandaria uma fórmula mais robusta, efetivamente insulando a agência quanto aos meios para exercer suas atividades, permitindo que persiga os fins que dela se espera serem alcançados.

Já o artigo 4º traz a seguinte previsão: "A agência reguladora deverá observar, em suas atividades, a devida adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquela necessária ao atendimento do interesse público". Mas, afinal, o que seria "medida superior àquela necessária ao atendimento do interesse público"? O caráter genérico torna o comando pouco efetivo e muito manipulável. Para auxiliar na concretização desse dispositivo, que visa conferir proporcionalidade à intervenção regulatória, não seria melhor se aproximar da fórmula do 128, da Lei da Anatel (Lei nº 9.472/97)? Este diz o seguinte:

"Ao impor condicionamentos administrativos ao direito de exploração das diversas modalidades de serviço no regime privado, sejam eles limites, encargos ou sujeições, a Agência observará a exigência de mínima intervenção na vida privada, assegurando que: 1 - a liberdade será a regra, constituindo exceção as proibições, restrições e interferências do Poder Público; 2 - nenhuma autorização será negada, salvo por motivo relevante; 3 - os condicionamentos deverão ter vínculos, tanto de necessidade como de adequação, com finalidades públicas específicas e relevantes; 4 - o proveito coletivo gerado pelo condicionamento deverá ser proporcional à privação que ele impuser; 5 - haverá relação de equilíbrio entre os deveres impostos às prestadoras e os direitos a elas reconhecidos".

Projeto ganhou dispositivo que permite volta de indicações políticas às diretorias e conselhos

O artigo 6º prevê a "realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR)", que é muito bem-vinda. Mas o ideal seria que ela não fosse aplicável apenas para frente (novas normas), como também para trás, ensejando a revisão do estoque regulatório. Aplicá-las apenas para frente seria o mesmo que presumir que o arcabouço regulatório que temos hoje é eficiente, o que não é verdade. Nos diversos setores regulados há um acúmulo de exigências anacrônicas, que custam desmedidamente em vista de suas finalidades. Daí a sugestão de se prever a revisão de estoque regulatório periodicamente, em prazo específico, com pautas sugeridas pela própria agência e pelos demais integrantes do subsistema regulado, por meio de audiências públicas que colham a indicação de medidas alternativas menos gravosas em lugar daquelas a serem revistas.

É preciso criar um sistema de incentivos que vire a chave quanto à forma de atuação das agências. Hoje, muitas vezes pautadas em comemorar outorgas e deságios altos em licitações, e em aplicar multas altas, as agências deveriam ceder lugar a uma atuação pautada na melhoria dos serviços; no incremento do dinamismo do setor regulado e na liberação de cargas regulatórias e simplificação de práticas, contribuindo para a redução do custo Brasil.

O capítulo dedicado à interação das agências com o Tribunal de Contas da União (artigos 14 a 16) não resolveu as complexas dificuldades que permeiam essa relação. O tema merecia maior detalhamento, de modo a recalibrar essa equação, evitando o crescente arvoreamento do TCU na função, inexistente em nosso ordenamento, de regulador geral da República.

Um ponto que é crucial e tratado muito brevemente é o dos acordos substitutivos. O tema mereceu decisão recente do TCU que poderia subsidiar parâmetros importantes para a atuação das agências neste âmbito, de maneira a conferir maior efetividade à regulação, tendo em vista que a aplicação de punições raramente reverte em recursos para a melhor atuação da agência e a subsequente melhora na fiscalização e prestação dos serviços.

A articulação entre agências, prevista nos artigos 31 e 32, é importante. Mas é mais importante ainda prever mecanismo de provocação, por parte dos agentes regulados, para que essa articulação aconteça. A omissão nesse sentido causa grande prejuízo ao relegar insegurança para atividades inteiras. Um ponto que merece avaliação especial está na forma como as agências reguladoras devem lidar com inovações tecnológicas disruptivas. Seria importante aproveitar a oportunidade também para fixar diretrizes a respeito da regulação de novas tecnologias e os problemas que costumam decorrer dessa interação.

O fato de esta ser uma lei quadro cria uma dificuldade natural de sequenciamento, porque ela vem depois das leis setoriais. Não se pode negar, entretanto, que há avanços. A institucionalização de uma agenda regulatória

(artigos 21 a 23) é boa medida. Permite planejamento e pode conferir previsibilidade à ação regulatória. Contudo, muitos temas importantes que também mereciam ser tratados ficaram de fora, incluindo a definição de uma sistemática para o caso de vacância nas diretorias, por falta de indicação. Há um problema atual grave neste ponto. Razão pela qual não se pode dar por satisfeita a chance de melhorar a administração regulatória em nossa quadra atual. É possível, e preciso, fazer mais da oportunidade.

Leonardo Coelho Ribeiro é professor convidado de Direito Regulatório da FGV Direito Rio e sócio de LL Advogados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Moody's eleva nota da Vale

A agência de classificação de risco Moody's elevou ontem o rating em moeda estrangeira da Vale, de 'Ba1' para 'Baa3' - retomando o grau de investimento. A perspectiva é estável. Segundo a agência, a elevação da nota reflete a melhora contínua de suas métricas de crédito, baseada na melhora do perfil de produção e redução nos níveis de endividamento. A Moody's menciona a conclusão do projeto S11D (de minério de ferro, em Carajás), a geração de fluxos de caixas mais fortes e os investimentos de capital menores em comparação com os de antes de 2016, gerando caixas livres positivos, que deverão ser mantidos até 2020, iniciativas de redução de dívida (meta de dívida líquida de US\$ 10 bilhões), baixando a alavancagem financeira e também o acordo assinado em 25 de junho com BHP e as autoridades do país relativo aos gastos de remediação da Samarco.

BHP é alvo de ação

A mineradora australiana BHP Billiton é alvo de uma ação coletiva na Austrália por conta do rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG), em 2015, informaram ontem agências de notícias internacionais. A empresa é uma das controladoras da Samarco, junto com a Vale. Em breve comunicado, a companhia afirmou que "pretende se defender das alegações", apresentadas na Corte Federal no Estado de Victoria. O rompimento da barragem da Samarco levou à morte 19 pessoas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Lucro da Neoenergia triplica no 2º tri**

A incorporação da Elektro, distribuidora que atua no interior de São Paulo e em cinco municípios do Mato Grosso, e as revisões tarifárias das distribuidoras Coelba, da Bahia, e Cosern, do Rio Grande do Norte, influenciaram positivamente os resultados da Neoenergia no segundo trimestre deste ano. O lucro da companhia no período quase triplicou em relação ao apurado de abril a junho do ano passado, totalizando R\$ 383,4 milhões.

A receita líquida do grupo, controlado pela espanhola Iberdrola, totalizou R\$ 6,4 bilhões no segundo trimestre, com crescimento de 48,7% ante igual período de 2017. Na mesma comparação, o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) avançou 53%, para R\$ 1,1 bilhão.

No acumulado do semestre, o lucro da elétrica somou R\$ 671 milhões, com alta de 144% em relação ao período de janeiro a junho de 2017. Na mesma comparação, a receita líquida cresceu 48,6%, totalizando R\$ 11,9 bilhões, e o Ebitda aumentou 43%, somando R\$ 2 bilhões.

"O crescimento do Ebitda foi impactado positivamente pela incorporação da Elektro Holding, em agosto de 2017, e pelas revisões tarifárias de Coelba e Cosern, publicadas em abril deste ano pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Também contribuíram para o resultado as ações de otimização dos custos operacionais, sobretudo no segmento de redes", informou a Neoenergia, em relatório sobre o resultado no período.

Segundo a companhia, após a revisão tarifária, o efeito médio percebido pelos consumidores da Cosern foi de 15,61%. No caso da Coelba, o efeito médio foi de um aumento de 16,95%.

Com relação a investimentos, a cifra caiu tanto na comparação do segundo trimestre quanto na relação do acumulado do ano. De abril a junho deste ano, o grupo investiu R\$ 793,2 milhões, valor 15% inferior a igual período de 2017. No primeiro semestre, os desembolsos totalizaram R\$ 1,437 bilhão, com queda de 13,7% em comparação com os primeiros seis meses de 2017.

Do total investido no primeiro semestre deste ano, 95% (R\$ 1,21 bilhão) foi destinado ao segmento de redes (distribuição e transmissão). Desse total, 97% foi investido nas distribuidoras.

As quatro distribuidoras (Cosern, Coelba, Elektro e Celpe, de Pernambuco) do grupo também responderam por 92% da receita bruta da Neoenergia no segundo trimestre, equivalente a R\$ 8,5 bilhões. Apenas a Elektro contribuiu com R\$ 2,4 bilhões na receita bruta da empresa de abril a junho.

A energia distribuída no mercado cativo das distribuidoras da Neoenergia alcançou 10.674 gigawatts-hora (GWh) no primeiro semestre, com crescimento de 33% ante igual período de 2017. O salto também foi impactado pela contribuição da Elektro, com 2.720 GWh no período.

O total de energia distribuída (considerando os mercados cativo e livre) somou 14.028 GWh no segundo trimestre, com crescimento de 45% ante igual período de 2017, também influenciado pelos números da Elektro (4.303 GWh).

Na última sexta-feira, a Neoenergia comunicou que Sandro Marcondes, atual diretor de Finanças e Relações com Investidores, deixará o cargo na próxima sexta-feira. O presidente da companhia, Mario Ruiz-Tagle, acumulará a diretoria interinamente até a nomeação do substituto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Vale deve ter bom resultado com vendas e 'prêmios'

Mineradora garantiu recorde de vendas de minério e pelotas de abril a junho, no total de 86,5 milhões de toneladas

As vendas recordes de minério de ferro e pelotas devem garantir um resultado consistente para a Vale no segundo trimestre do ano. A mineradora divulga amanhã, depois do fechamento do mercado, a performance operacional e financeira do período abril-junho de 2018. E, apesar de os preços de referência do minério de ferro no mercado terem ficado 12% abaixo em relação ao primeiro trimestre de 2018, a expectativa de analistas de bancos é de um bom desempenho para a mineradora, sustentando também por maiores prêmios pagos pela qualidade do produto vendido às usinas siderúrgicas.

Nesse contexto, a receita média prevista para a Vale, para o segundo trimestre do ano, por sete bancos e corretoras ouvidos pelo **Valor**, situa-se em US\$ 8,67 bilhões, alta de 20% sobre igual período do ano passado. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), projetado pelas sete casas de análise de investimentos, ficou em US\$ 3,93 bilhões, aumento de 44% sobre o segundo trimestre de 2017. No caso do lucro, as previsões são díspares - elas

vão de um lucro no exercício de US\$ 100 milhões até US\$ 1,4 bilhão, mas consideram também um prejuízo de US\$ 2,7 bilhões.

Os analistas de bancos que cobrem Vale têm dificuldade de acertar o lucro líquido da empresa, embora não se preocupem muito com esse indicador até porque a mineradora paga dividendos aos acionistas com base no Ebitda. A dificuldade em calcular o lucro líquido está no fato de que essa é uma variável que sofre o impacto contábil de fatores não recorrentes como variação cambial e provisões, difíceis de se prever. A partir do segundo trimestre, a Vale vai passar a divulgar, no balanço em reais, o lucro recorrente, que exclui o efeito de itens "não-caixa".

Nas previsões dos bancos, a XP Investimentos estimou receita de US\$ 8,6 bilhões, Ebitda de US\$ 3,9 bilhões e lucro líquido de US\$ 316 milhões para a Vale no segundo trimestre do ano, em linha com o primeiro trimestre de 2018. Karel Luketic, analista da XP, disse esperar um preço realizado pela Vale no minério de ferro de US\$ 61,4 por tonelada, queda de US\$ 4,8 por tonelada no trimestre. Para a corretora, o resultado da Vale será sustentado pelos prêmios maiores pagos na commodity. Como já informado pela Vale, o prêmio do minério com 65% de teor de ferro aumentou para uma média de US\$ 20,2 por tonelada de abril a junho ante uma média de US\$ 16 por tonelada no primeiro trimestre.

O J. P. Morgan considerou, por sua vez, receita de US\$ 8,7 bilhões, Ebitda de US\$ 3,9 bilhões, o que, segundo o banco, é "decente, considerando-se a queda entre US\$ 8 e US\$ 9 por tonelada nos preços do minério de ferro no mercado à vista, na China, em relação ao primeiro trimestre do ano. O J.P. também previu lucro de US\$ 753 milhões para a Vale no segundo trimestre.

Para o BTG Pactual, os prêmios por qualidade pagos no minério de ferro vão continuar a "brilhar" e vão ajudar na realização de preços da companhia. O BTG previu receita de US\$ 8,9 bilhões, Ebitda de US\$ 4,1 bilhões e lucro de US\$ 845 milhões para a mineradora no segundo trimestre do ano. Já a corretora Itaú BBA estima receita de US\$ 8,6 bilhões, Ebitda de US\$ 3,9 bilhões e lucro líquido de US\$ 100 milhões. A corretora projetou melhores resultados na divisão de metais da Vale, com volumes de vendas também melhores no níquel e no cobre. O Morgan Stanley estimou US\$ 8,5 bilhões de receita e US\$ 3,8 bilhões de Ebitda no segundo trimestre. O banco calculou ainda prejuízo de US\$ 2,7 bilhões para a mineradora no período, derivado do efeito não-caixa da reavaliação da dívida em dólar.

Para o Bradesco BBI, as projeções foram receita de US\$ 8,6 bilhões, Ebitda de US\$ 3,9 bilhões e o lucro líquido de US\$ 346 milhões. Um dos bancos ouvidos preferiu não ser identificado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes, Rodrigo Rocha e Marcos de Moura e Souza | De São Paulo e Belo Horizonte****Título: Justiça do Trabalho em MG manda afastar conselheiro da Usiminas**

A Justiça do Trabalho determinou ontem que Luiz Carlos de Miranda Faria, eleito em fevereiro representante dos trabalhadores no conselho de administração da Usiminas, se abstenha de qualquer função no colegiado da empresa.

A medida vem em resposta à ação civil pública aberta pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) de Minas Gerais, que exige pagamento de multa de R\$ 105 milhões por causa de irregularidades na eleição de Faria.

Na decisão, o juiz do trabalho substituto Frederico Alves Bizzotto da Silveira, da 3ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano (MG), escreve que há evidências na documentação fornecida pelo MPT na ação de "indícios de irregularidades na atuação do sr. Luiz Carlos de Miranda Faria" como conselheiro da Usiminas. O juiz destacou que, ao assumir posição no conselho, ele descumpriu acordo no qual se comprometia a não assumir "cargos administrativos ou de representação da categoria profissional da base de representação do Sindipa", o Sindicato dos Metalúrgicos do Ipatinga, por ele liderado entre 2001 e 2013.

Para o juiz, a continuidade no conselho "pode causar prejuízos à livre representação dos trabalhadores no conselho de administração da Usiminas". Além de impedir a atuação efetiva de Faria, a decisão também impede que a empresa lhe dê qualquer apoio.

A Justiça fixa multa de R\$ 500 mil a Faria caso exerça qualquer função no colegiado. Para a Usiminas, a multa por benefício ao conselheiro é de R\$ 1 milhão por infração. A decisão também limitou qualquer ligação ou apoio entre Usiminas e Faria em campanhas sindicais e eleitorais. Faria estuda se candidatar a deputado estadual em Minas pelo Solidariedade.

A ação do MPT é a segunda movida pedindo anulação da eleição de Faria. A primeira, por dois candidatos derrotados no pleito - Sérgio Carvalho e Nilton Diniz, com a audiência inaugural sendo realizada no dia 19 de julho. A companhia inclusive entrou com mandado de segurança tentando impedir a audiência, alegando que a Justiça do Trabalho não teria a competência para julgar o caso, mas seu pedido foi negado.

A advogada Hérica Portela, que representa Carvalho e Diniz, explicou que a audiência de instrução e julgamento dessa primeira ação está marcada para 24 de outubro, quando deve sair uma decisão sobre a realização de uma nova eleição. "O que não dá para entender é o motivo para a empresa estar defendendo tanto o Luiz Carlos Miranda. Ela deveria é apurar essa irregularidade", ressalta.

Em nota, a Usiminas reiterou a legalidade da eleição. "A empresa reitera a total lisura do processo de eleição para o representante dos empregados no Conselho de Administração, que seguiu rigorosamente o regulamento e foi integralmente conduzido por comissão formada por representantes da empresa e dos sindicatos", afirmou. A empresa também informou que não havia tido acesso à decisão até ontem. Miranda reiterou ao **Valor** que vai recorrer e que está sendo vítima de perseguição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Sigma intensifica pesquisa em reservas de lítio

A Sigma Mineração, produtora ainda pré-operacional de lítio no Vale do Jequitinhonha (MG), intensificou seus esforços em uma campanha de pesquisa e exploração das reservas para tentar ter uma melhor noção do quanto poderá extrair das 28 concessões que possui na região. A julgar pelo histórico de minas semelhantes no Estado e com cálculos do mercado, é possível que o volume recuperável triplique após essa nova análise.

Atualmente, a Sigma conta com 13,5 milhões de toneladas em reservas indicadas e inferidas. A empresa começou a pesquisa recentemente, com equipamentos representando, no total, mais de 30 mil metros de sondagem, e espera concluir o processo na primeira quinzena de novembro. Quando os resultados chegarem, há chance de que as reservas deem um salto para uma faixa de 37 milhões a 57 milhões de toneladas, conforme estudo da consultoria especializada SGS.

A empresa não comenta qual sua própria expectativa de tamanho dos depósitos minerários após o processo, mas admite que, se os cálculos estiverem corretos, o potencial é transformador, deixando-a entre as maiores produtoras do mundo. "A nossa reserva, atualmente, já é expressiva. Não sabemos qual será o tamanho, mas esse patamar é de alto nível mundial", vislumbra Itamar Assumpção, presidente da Sigma, em entrevista ao **Valor**.

Estágio comercial do projeto pode ocorrer no início de 2020; extração de concentrado prevista é de 220 mil toneladas

O lítio é um metal bastante valioso e que tem se beneficiado do otimismo dos agentes do mercado quanto a seu uso no futuro. Atualmente é cotado em aproximadamente US\$ 19.000 por tonelada. O material já aparece em baterias de celulares e outros aparelhos, além de medicamentos, cerâmicas e vidros, por exemplo, mas a potencial troca de frota veicular em todo mundo por carros elétricos e autônomos tem animado os compradores. Nas baterias mais usadas em automóveis, o lítio está presente.

Assumpção opina que não há solução melhor para servir de combustível elétrico aos carros por conta de sua grande capacidade de armazenar energia e de realizar cargas e descargas rápidas. Além disso, o metal é conhecidamente o menos denso e "mais leve" dos elementos sólidos, por ser necessária massa muito menor presente para ter o mesmo efeito que outros.

Por enquanto, a Sigma dá os primeiros passos. Neste mês, estreia uma "planta-piloto", o início da produção operacional ainda em baixa escala. A capacidade nesse momento será de aproximadamente 12 mil toneladas de concentrado por ano. Essa fase do projeto servirá para checar a qualidade dos produtos, simular a produção em larga escala e já buscar a qualificação do material junto a futuros clientes.

O estágio comercial do empreendimento do Jequitinhonha está marcado para se iniciar na virada de 2019 para 2020. Aí, a Sigma poderá extrair até cerca de 220 mil toneladas desse concentrado em um ano. Para que isso seja possível, a empresa construirá a infraestrutura necessária não só para a lavra e beneficiamento, como para o transporte.

"A planta já está desenhada para que permita incrementos de produção no futuro. Nesse caso, o investimento necessário seria menor e até mesmo o tempo de execução cairia. Todo o processo, até de licenciamento, se tornaria mais fácil", diz Assumpção. "Neste ano compramos os equipamentos, por volta de outubro faremos a encomenda. A ideia é trazer para cá o que há de mais avançado em tecnologia, estado da arte mesmo."

Como está preparada para futuras expansões, se for economicamente viável, já há a possibilidade de uma segunda fase comercial. Por volta de 2025, a Sigma poderia, se houver demanda e o preço do lítio for interessante, aumentar a capacidade para entre 500 mil toneladas e 600 mil toneladas anuais.

O dinheiro para tal pode vir do mercado financeiro. Em junho, a companhia completou o processo de incorporação reversa e passou a ser listada na bolsa

de Toronto no lugar da Margaux Red Capital. Na prática, isso funcionou como abertura de capital no Canadá. O acesso a investidores estrangeiros, ainda mais em um mercado com longa história de aplicar no setor de mineração, pode ser um diferencial.

"E tem algo que de fato nos diferencia de outras empresas, que é nossa preocupação ambiental. Não teria sentido produzir um metal que será usado para uma matriz energética mais limpa sem ter essa raiz", comenta Ana Cabral-Gardner, conselheira da Sigma. "Um exemplo é o baixo consumo de água. E o empilhamento de rejeitos a seco não é algo barato, mas é parte de nosso propósito de ter o DNA verde."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Lucro da Balbo avança com orgânicos e etanol

O foco na venda de açúcar orgânico e outros itens livres de produtos químicos colaborou para que o grupo Balbo escapasse do início do ciclo de baixos preços no setor e alcançasse resultados financeiros melhores na safra 2017/18, encerrada em 31 de março. A companhia, dona de três usinas sucroalcooleiras e da marca Native, elevou sua receita operacional em 2,7%, para R\$ 1,017 bilhão no período, e aumentou seu lucro líquido em 16 vezes, para R\$ 101,4 milhões. Os resultados foram publicados no Diário Oficial de São Paulo no sábado.

Apenas a venda de açúcar orgânico gerou ao grupo uma receita de R\$ 216,8 milhões na safra passada, um avanço de 13,2% sobre a temporada anterior. O grupo também vendeu R\$ 45,8 milhões em etanol orgânico e outros R\$ 28,5 milhões com outros produtos orgânicos - incrementos de 47,9% e 10,4%, respectivamente.

Os ganhos também foram sustentados pelo aumento da receita com as vendas de etanol convencional, cujos preços começaram a melhorar no fim do ano passado. Respondendo pela maior parte do faturamento do grupo, as vendas do produto renderam R\$ 498,3 milhões na safra, 3,9% superior à receita do ciclo anterior.

Já a receita com as vendas de açúcar convencional foi menor na temporada, marcada pelo início da derrocada dos preços da commodity no mercado internacional. O faturamento com o produto caiu 7,8%, para R\$ 261,1 milhões.

O grupo tem duas usinas no Estado de São Paulo e uma no triângulo mineiro. A produção de açúcar e etanol orgânicos é feita na Usina São Francisco, em Sertãozinho (SP).

O resultado operacional, antes do resultado financeiro e de impostos no período foi positivo em R\$ 219,3 milhões, quase o dobro do registrado no ciclo anterior. No lado financeiro, o saldo foi negativo em R\$ 66,4 milhões, mas pesou menos do que na safra anterior.

Com a melhora do desempenho operacional, o grupo conseguiu gerar R\$ 95,6 milhões em caixa, que terminou o ciclo, em 31 de março, em R\$ 302,9 milhões. A dívida líquida caiu 7,2% até o fim da safra, alcançando R\$ 418,5 milhões.

VEÍCULO:	Valor Econômico
-----------------	------------------------

Seção:	Finanças
---------------	-----------------

Autor:	
---------------	--

Título:	Destaques
----------------	------------------

Emissão da Cosern

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern) concluiu a emissão de R\$ 130 milhões em debêntures de infraestrutura com vencimento em 2023. O papel pagará remuneração equivalente à variação do IPCA mais uma taxa de 5,9772%. **(Silvia Rosa)**

MME / ASCOM .